

CAMPANHA SALARIAL 2018

1ª ASSEMBLEIA

OS SERVIDORES JÁ TÊM DATA MARCADA PARA DISCUTIR SUA PROPOSTA DE AUMENTO PARA 2018:



29/11 (quarta-feira),
ÀS 19H, no
SINDICATO DOS METALÚRGICOS

(Av. Ana Costa, 55, Vila Mathias)

Mais do que nunca, é preciso que os servidores, ativos e aposentados, se mobilizem!

A CAMPANHA SALARIAL É UMA RESPONSABILIDADE DE TODA A CATEGORIA! PARTICIPE!

Servidores
na Luta



13. 99179.0838
13. 3228.7400
sind_serv@uol.com.br
www.sindservsantos.org.br
f/SindservSantos



SINDSERV DENUNCIA E MINISTÉRIO PÚBLICO VAI APURAR FALTA DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS NA PREFEITURA

No dia 22 de outubro de 2015 o SINDSERV Santos protocolou no Ministério Público de São Paulo solicitação para que se investigasse a má conservação dos equipamentos de combate e prevenção de incêndios (extintores, mangueiras, saídas de emergência, sinalização etc) nas unidades da Prefeitura de Santos.

No dia 2 de setembro desse ano, quase 2 anos depois, o sindicato recebeu a resposta de que o MP instaurou inquérito civil para apurar os fatos. Tal medida foi necessária já que o SINDSERV já havia pedido ao Corpo de Bombeiros a lista das

unidades da Prefeitura com o *Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)* e não obteve resposta.

Agora o MP vai coletar as informações necessárias para posteriormente ingressar com uma *Ação Civil Pública* para obrigar o prefeito a seguir as *Leis* que previnem riscos, tanto para os funcionários quanto para a população.

O primeiro passo da investigação foi questionar os secretários municipais a relação dos imóveis públicos em uso, informando se possuem *AVCB* válido. Caso algum secretário não responda em 30 dias, *"implica em*

infração aos artigos 11, inciso II, da Lei Federal 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e 10, da Lei Federal 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública)".

Cobra a Lei, mas não cumpre a Lei

Justamente quem aplica multas e até interdita pequenos comércios pela falta do *Auto de Vistoria*, também não tem as próprias unidades dentro da Lei.

O AVCB é o básico das condições de trabalho e para os municípios atendidos. É Lei, o governo também tem que cumprir!

PREFEITURA DE Santos

O que você procura?

30 JUN 15 **Não apresentação de Auto de Vistoria pode gerar interdição**

Para manter uma edificação sempre regularizada, sem multas ou interdições impostas pelos diversos órgãos públicos, é necessária a manutenção do *Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)*.

O objetivo principal é o de preservar vidas e, em segundo plano, o patrimônio material. O *AVCB* deve ser obtido pela construtora e precisa ser renovado pelo condomínio ou

Prefeitura cobra Lei, mas não cumpre!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA DE AÇÃO CÍVEL DE SANTOS
Rua Princesa, 111 - 2º andar - 13518-900 Santos/SP
Fone: (13) 3399-5551 - www.pmspc.org.br

Santos, 25 de setembro de 2017.

Círculo nº 8851/2017-MP-PJCS-MA.
Inquérito CIV nº 14.003.000.5872/2017-4.
(favor usar esta referência para resposta)

Assunto: Falta de conservação dos equipamentos utilizados para o combate e prevenção de incêndios em imóveis administrados pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Santos.

Prezado Senhor,

Cumprimentos, voua Senhora, dirigi-me do presente para solicitar a instauração do procedimento supramencionado, conforme cópia do protocolo que segue em anexo.

No deferimento, apresento protestos de estima e consideração.

DAURY DE PAULA JUNIOR
1º Promotor de Justiça

Atenciosamente,
FLAVIO ANTONIO RODRIGUES SARAIVA
M.D. Presidente do
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS
Av. Campos Sales, 116 - Vila Nova
Santos/SP

Resposta do Ministério Público

A FOTO E O JEITO PAULO ALEXANDRE DE GOVERNAR, TUDO A VER



Santos e o Governo do prefeito Paulo Alexandre Barbosa receberam uma projeção nacional no último mês por conta de uma atitude repugnante do secretário de Cultura, Fábio Nunes, o Fabião.

Como é de conhecimento geral, o secretário postou uma foto das nádegas de uma mulher em seu perfil no Instagram com a legenda "Rock in Rio por outro ângulo. Intervalo dos shows, deitar na grama sintética. Relax". Após perceber o absurdo cometido, o ex-vereador e ex-candidato a prefeito apagou o post ofensivo e machista.

No entanto, o estrago já estava feito. O print com a famigerada imagem viralizou. A mídia nacional repercutiu e a solução do Governo foi aproveitar o período de férias de Fabião para afastá-lo temporariamente. Foi pouco!

O SINDSERV repudia com veemência a atitude do secretário de Cultura, que hoje ocupa, por puro proselitismo político,

o, o mais alto posto de uma área onde atuaram tantas mulheres de luta, reconhecidas nacionalmente pela militância no campo das artes e direitos femininos, como Pagu.

Também repudiamos a postura deste governo de privilegiar critérios meramente políticos e partidários (em detrimento da coerência e da capacitação técnica) na hora de indicar os titulares das secretarias. Além de Santos ter um professor de Biologia chefiando a pasta da Cultura, tem também um advogado como secretário de Saúde e um outro profissional do Direito como titular da Secretaria de Educação.

Com tantas servidoras e servidores de carreira extremamente capacitados no quadro municipal, este tipo de situação mostra que o Governo de Santos governa para os amigos e, não, para atender de fato os interesses da população.

GOLPE EM CURSO:

EM AUDIÊNCIA DA CAPEP, EUSTÁZIO OMITI DÍVIDA DA PREFEITURA E SUGERE QUE SERVIDORES PAGUEM MAIS PARA CONSERTAR O ROMBO

Implantar coparticipação dos servidores na Capep como acontece na iniciativa privada, elevar a contribuição dos dependentes e mais velhos e rever o limitador de 30% no percentual máximo de descontos nos salários.

Estas foram algumas das “sugestões” que o presidente da Capep, Eustázio Pereira, trouxe em audiência pública sobre o tema, realizada no dia 03/10, na Câmara.

Ao apresentar um estudo sobre a autarquia, feito sem a participação da categoria, Eustázio fez questão de omitir a dívida da Prefeitura, que desde junho de 2016 tem oscilado entre R\$ 5 e 7 milhões, por conta do não repasse da parte patronal. Mas foi logo lembrado do rombo pelos servidores presentes no evento, que exigiram do presidente da Capep e do secretário adjunto de Finanças, Fernando Chagas, uma data definitiva para a quitação

do calote.

Chagas respondeu de forma vaga, alegando que a perspectiva é de que talvez isso ocorra até o fim do ano. Isso se recursos extraordinários esperados pelo Governo realmente se concretizarem. Caso contrário, apenas em fevereiro o débito com os prestadores de serviços podem ser equilibrados.

Os representantes das instituições que fazem parte da rede credenciada, como Santa Casa de Santos, Hospital São Lucas e Instituto de Análises Clínicas, receberam a informação com muita apreensão. “Isso para nós é um sinal vermelho. Temos nossos compromissos, salários dos médicos, fornecedores, insumos para pagar. Não sei se suportaremos esperar até fevereiro. Certamente teremos problemas sérios”, avisou João Domingos Neto, tesoureiro da Santa Casa.

Fala parecida teve Sérgio Melo, diretor ad-



ministrativo e financeiro do hospital. “Nós nunca deixamos de atender os servidores e a pedido do governo não reajustamos os nossos serviços há dois anos, enquanto os custos da saúde são caros e aumentam muito. Há que haver bom senso. Estamos muito preocupados”, disse Melo.

Apesar do horário inviável para o comparecimento da maioria dos servidores, a audiência contou com a participação de várias aposentadas e aposentados. Eles fizeram questão de descrever as dificuldades que enfrentam diariamente para manter seus tratamentos na rede credenciada, fazer

exames e agendar procedimentos médicos.

Os representantes do SINDSERV voltaram a pedir a saída de Eustázio por toda a intransigência e falta de transparência no episódio da Santa Casa e por ser ele apenas um instrumento a serviço dos interesses do Prefeito dentro da instituição. Também frisaram que não aceitarão as comparações incabíveis dos números da Capep com os de operadoras de planos privados, que visam lucro.

Sabemos que a atual crise na autarquia centenária é um dos muitos frutos perversos de um projeto inconsequente e irresponsável de governo calcado na destruição do serviço público. Projeto este que agora tenta fazer com que os servidores mais uma vez arquem com prejuízos que não geraram.

Para transformar a cidade em um canteiro

de obras – hoje parado – e fazer caixa para bancar as terceirizações dos serviços públicos, o Governo arrochou os salários dos servidores, descontou os dias parados na greve, diminuiu sua parte nos aportes ao Iprev e continua sucateando as unidades. O desmantelamento da Capep para futuramente justificar a mudança da nossa assistência médica para uma empresa de saúde suplementar é mais uma armadilha em curso contra a categoria.

Os problemas da autarquia têm um culpado e ele é Paulo Alexandre Barbosa! Os servidores são as vítimas!

Por tudo isso, a Campanha pela Capep Saúde continuará com força total. Acompanhem as próximas atividades e somem esforços no movimento #ForaEustázio

**SÓ A LUTA
COLETIVA
MUDA A VIDA**



Terceirização no Hospital dos Estivadores mostra sua face

O dinheiro
OSs aumentam
ainda mais

Enquanto OS é questionada na Justiça por não ter experiência mínima de três anos exigida por lei municipal, falta de estrutura e práticas médicas surgem como reclamações entre pacientes e acompanhantes.

Antes mesmo que fosse esperado, os problemas no Hospital dos Estivadores de Santos começaram a surgir. O equipamento, comprado e reformado com desembolso de quantias astronômicas, foi terceirizado a peso de ouro para uma organização social questionada na Justiça por descumprir a lei que exige tempo mínimo de atuação na saúde pública.

Esse, no entanto, não é o único problema. Dramas familiares relatados na imprensa se contrapõem à excelência prometida e alardeada pelos instrumentos de propaganda do Governo de Santos.

Os santistas acompanharam, por exemplo, a história de um casal que denunciou a falta de suporte de uma UTI pediátrica para o filho nascido no hospital há três meses. O bebê teve complicações que até hoje exigem acompanhamento específico. Porém, por mais absurdo que pareça, o novíssimo hospital não conta leitos de UTI ou de enfermaria para crianças maiores de 28 dias.

Enquanto aguardava há dois meses uma vaga em um hospital com melhor estrutura, o pai do recém-nascido enfrentava problemas para realizar exames importantes no filho, já que não há como fazê-los no HES e as dificuldades de transporte são grandes por falta de ambulância equipada.

Depois de apelar à Defensoria Pública e à imprensa, a transferência para a Santa Casa de Santos finalmente ocorreu. "Este hospital foi muito caro, mas foi feito apenas para as gestantes ganharem o bebê e irem embora dois ou três dias depois. E aquelas crianças que precisam de tratamento por mais tempo?", pergunta Carlos Alberto Gonçalves.

Outras denúncias

Logo nos primeiros meses de funcionamento, o Hospital também foi alvo de denúncias envolvendo práticas médicas. Duas gestantes contaram à imprensa que ficaram traumatizadas. Uma delas teve gaze esquecida dentro da barriga depois de seu bebê ter a clavícula quebrada em decorrência do

parto. Outra se queixou de não ter sido atendida quando já estava em trabalho de parto avançado. Ela foi orientada a voltar para casa e acabou tendo o bebê na escadaria do prédio onde reside. Para além dos dramas enfrentados por pacientes e familiares, os números do HES referentes ao segundo

quadrimestre deste ano também merecem atenção. Dados apresentados em na última audiência pública, realizada na Câmara, no dia 27 de setembro, apontam alguns sinais de alerta. Na prestação de contas do plano operativo do contrato de gestão firmado com a OS Instituto Hospital Alemão Oswaldo Cruz, constam algumas metas não alcançadas pela empresa.

Uma delas diz respeito à taxa de partos cesáreos (TPC). A meta é que o percentual seja inferior a 40%. Porém, o índice registrado chegou a 40,38%.

Outra meta não atingida foi a do Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia (SADT), que exigia a realização de no mínimo 3.302 exames no período, ante os 3.134 registrados.

A taxa de ocupação hospitalar (TOH), que mede o número de pacientes em relação ao número de leitos disponíveis em um período, também não ficou a contento. A meta em clínica obstétrica era manter o indicador em 85%, superior aos 72,33% alcançados, indicando que foram atendidas menos gestantes do que o previsto.

No que tange à transparência, a OS contratada segue infringindo a legislação municipal. A Lei 3.330, de dezembro de 2016, determina às OSs incumbidas de gerenciar serviços municipais a divulgação na internet de dados sobre os contratos a que estão submetidas, relatórios que demonstrem o cumprimento das ações contratadas pelo Executivo, avaliações da comissão de acompanhamento e fiscalização, além de dados financeiros, de remuneração de seus dirigentes, entre outros pontos.

O Instituto Social Hospital Alemão Oswaldo Cruz não possui nem mesmo uma página na internet. No site do Hospital, ao qual o Instituto é vinculado, não há qualquer referência de que existe uma OS com o mesmo nome. Há apenas uma notícia, de agosto do ano passado, informando que a OS venceu o chamamento público para gerenciar

o Complexo Hospitalar dos Estivadores.

E a ampliação dos serviços? Cadê?

Os 12 leitos de clínica médica e outras 10 vagas de UTI adulta do Hospital dos Estivadores, que poderiam ser um desafogo à saúde da região, ainda não saíram do papel.

No dia 29 de julho, a imprensa noticiou um repasse do Governo do Estado no valor de R\$ 16 milhões, pagos em seis parcelas, até dezembro, para a ampliação do complexo hospitalar.

Na ocasião, o secretário de Saúde de Santos, Fábio Ferraz, informou que os leitos e UTIs estavam prontos e que o dinheiro seria destinado a colocar o espaço em funcionamento, pois havia a necessidade de contratar mais pessoal e comprar materiais para atender os pacientes. O mesmo discurso e prazo de "próximos dias" foram usados pelo titular da pasta.

No final, o dinheiro foi usado para reequilibrar os repasses junto à gestora, que estariam atrasados. Agora, o Governo diz que a ampliação deve ocorrer só em novembro.



Força nas OSs
Chama a atenção a
orçamentária destina
OSs - Organizações
atuam na área da S
dação do ABC, que
Central, tem garan
de R\$ 19.144.806,0
Instituto Social Ho
Cruz, à frente do E
contrato está sendo
Justiça - R\$ 101.53
Força nas OSs I
Ou seja, apenas a C
Cruz abocanha 17%
ceita da Secretaria
contar os custos pa
do hospital (energ
fício tem sido um ô
aos cofres públicos,
se não existirem os
ceiros estaduais e f
tidos. A bomba esta

Jornal Bo
News (28
novembro

ro pras
mentará
s em 2018

Antigo PS Central vira hospital de guerra enquanto FUABC lucra com caos na UPA terceirizada

O Ataque aos Cofres Públicos esteve dentro do “hospital de pequeno porte”, que mais parece um depósito de doentes

previsão
nada às duas
Sociais que
aúde. A Fun-
cuida da UPA
tida a verba
0, enquanto o
spital Oswaldo
ativadores - cujo
questionado na
6.128,00.

OS Oswaldo
% do total da re-
de Saúde. Sem
ra a manutenção
(a, água). Isso
o hospital é o
es das finanças
nando apenas
o custo/bene-
nus crescente
especialmente
aportes finan-
cederais prome-
armada...

queirão
a 3 de
de 2017)

Quanto custa terceirizar a urgência e emergência por meio de uma organização social repleta de irregularidades investigadas em outras cidades? Além dos quase R\$ 20 milhões por ano do contrato firmado pela Prefeitura de Santos com a Fundação do ABC, há um custo humano muito maior e im-

possível de medir monetariamente.

A terceirização levada a cabo pelo prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) custa o sofrimento de centenas de pessoas. Boa parte delas já ficou ou está amontoadas num espaço totalmente precário, onde funcionava o PS. O serviço teve suas portas fechadas e foi substituído pela nova UPA terceirizada. Agora está adaptado como uma espécie de depósito de pacientes de média e alta complexidade que a nova unidade não consegue atender.

O projeto privatista deste governo também tem outros custos incalculáveis. Por exemplo a aflição dos familiares de doentes, perante a falta de estrutura, de materiais e medicamentos.

Nessa conta outro custo altíssimo é o enorme desgaste emocional e físico de dezenas de servidores da saúde que trabalham sobrecarregados, sem as mínimas condições para cumprir com suas tarefas no antigo PS. A destruição de um serviço público para desviar dinheiro a uma empresa terceirizadora de mão de obra é outra “fatura” que não se mede financeiramente.

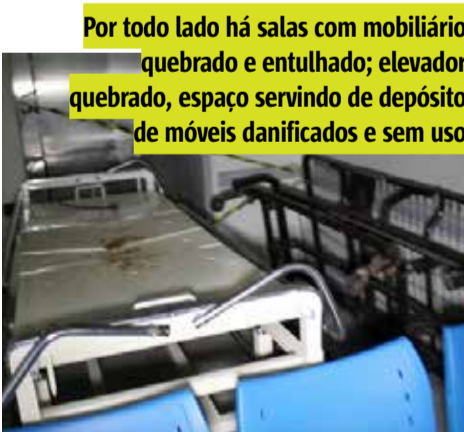
O Ataque aos Cofres Públicos foi até o antigo PS, na última segunda-feira (9), mostrar como trabalham esses servidores que estão adoecendo por irresponsabilidade da atual administração. Nos deparamos com um cenário de hospital de guerra, com improvisações e problemas de todo o tipo. Pacientes que precisam pagar do bolso por coisas básicas como fraldas e ataduras. Acompanhantes são obrigados a trazer de casa objetos como ventiladores, roupa de cama e até cadeiras, entre outros itens.

A situação é mais complexa do que parece. Na UPA terceirizada que veio



Paciente com suspeita de tuberculose internado em maca no corredor, sem isolamento

para ficar no lugar do antigo Pronto Socorro Central sobram queixas, a despeito dos milhões gastos com a empresa gestora. Já no prédio velho onde o PS foi desativado e implantou-se o que a Prefeitura chama de hospital de pequeno porte, multiplicam-se os tipos de carências, exatamente porque falta dinheiro para manter os estoques de insumos e remédios, para a manutenção básica do espaço e para garantir as equipes com número suficiente de profissionais.



Por todo lado há salas com mobiliário quebrado e entulhado; elevador quebrado, espaço servindo de depósito de móveis danificados e sem uso



Enfermarias mistas, sem privacidade; falta de fraldas



Mesinhas para pacientes enferrujadas e danificadas; armários para armazenagem de material e objetos de coleta sanguínea quebrados, sem portas ou enferrujados

Mesmo assim, os pacientes encaminhados para a unidade municipal que fica dentro da Santa Casa garantem ser tratados com mais humanidade pelos servidores que ali atuam do que pelos contratados pela Fundação do ABC, na unidade da Vila Mathias.

A jornalista Márcia Teixeira Braga conta que passou quase três dias na UPA com bolhas nos pés. Os problemas foram agravados depois que estouraram as bolhas e a mandaram para casa sem

sequer tomar um antibiótico. A pele grudou e os pés da paciente infeccionaram de um jeito que ela quase perdeu um dos membros.

“Lá na UPA o tratamento é muito ruim. Não dão banho nos pacientes. Não tem nada. Tratam a gente como bicho. Ainda tive que ouvir que não estou em hotel de luxo. Nunca mais quero voltar lá. Passei mal e dei graças a Deus que o SAMU me trouxe para cá (no antigo PS). Aqui faltam as coisas e o prédio é precário, mas eu ainda prefiro. Pelo menos o atendimento dos funcionários é bom. Aliás, eles se desdobram com quase nada para dar conta do recado. Já aquela unidade que recebe milhões não faz nada. O dinheiro teria que ser investido aqui”, desabafou.

Uma funcionária que pede para não ser identificada contou que na unidade municipal as condições de trabalho são caóticas. “Numa equipe que deveria ter seis funcionários em um dos repouso as vezes tem só quatro ou até três. Hoje mesmo está faltando fralda. Mas acontece de faltar remédio. Alguns chegam dois dias depois. Temos que fazer mágica”



Teto sem forro, com tubulações aparentes



Fiação exposta, tomadas destruídas



Problemas no ar condicionado, aparelhos quebrados ou improvisados



Goteiras; banheiros improvisados ou quebrados, vasos sanitários sem tampas

JUSTIÇA CONDENA

CONTRATAÇÕES ILEGAIS EM SANTOS

Finalmente o judiciário tomou providência quanto a farra das contratações sem concurso público (através de chequinhos e pela Lei 650 sem emergência) praticadas pelos prefeitos de Santos. O juiz da 3ª Vara de Justiça de Santos, Fábio Sznifer, condenou por improbidade administrativa o Secretário de Serviços Públicos, Carlos Alberto Tavares Russo, e o chefe do Departamento Regional da Zona Noroeste, Acácio Fernandes Egas.

Todavia, **para o juiz substituto o prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) não tem nada a ver com essas contratações ilegais e o tirou do processo. UMA VERDADEIRA ABERRAÇÃO JURÍDICA!** Quer dizer agora que Paulo Alexandre

não sabia de nada?! Vale lembrar que o Ministério Público já havia notificado oficialmente o prefeito sobre a situação e as contratações continuaram (e continuam) normalmente.

A Ação está recheada de provas cabais, com depoimentos de testemunhas e farta documentação dos quase 300 cabos eleitorais contratados ilegalmente. A defesa é uma verdadeira piada: Alega que as contratações ilegais tiveram emergência por conta de desastres naturais (incêndios e alagamentos), mas as funções exercidas pelos trabalhadores (declaradas pelo próprio governo) contrariam completamente essa tese: Manutenção de cemitérios, manutenção de outras unidades da Prefeitura, curso de corte e

costura...

O Secretário e o chefe de departamento também se defenderam jogando a bucha no colo do prefeito atual e de seus antecessores: "(...) falta de mão de obra na Secretaria de Serviços Públicos e na sub-Prefeitura da Zona Noroeste, produto de mais de 20 anos sem a realização de concursos". Já Paulo Alexandre, na maior cara de pau, se defendeu colocando toda a responsabilidade das contratações nas costas dos outros dois acusados.

Na sentença, o juiz declara: "*Percebe-se que a contratação das pessoas físicas em comento [em questão], após praticamente 20 anos de inércia, sem qualquer concurso público, revela com clareza que os réus [os acusados] proposi-*



talmente permanecerem inertes [sem fazer nada] por longuíssimo período, gerando por sua própria omissão a emergência que alegam ter ocorrido, de modo que fabricaram a emergência". Ué, não é o prefeito o responsável por realizar concurso público?!

Os dois condenados terão seus direitos polí-

ticos suspensos por três anos, perderão os cargos públicos, ficarão proibidos de contratar com o Poder Público, receber benefícios ou incentivos fiscais, creditícios, direta ou indiretamente pelo prazo de três anos e pagarão multa de até cinco vezes a remuneração recebida na época (2014), mais as despesas e cus-

tas processuais.

O autor da Ação, promotor Eduardo Antonio Taves Romero, irá recorrer da decisão para colocar Paulo Alexandre Barbosa de volta no balaio. Vale lembrar que há outros inquéritos abertos, também sobre contratações ilegais, que podem gerar outras Ações e novas condenações judiciais.



ATAQUE AOS COFRES PÚBLICOS

O ATAQUE AOS COFRES PÚBLICOS É UM INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO, PARA QUE TODOS POSSAM ENCONTRAR E DIVULGAR INFORMAÇÕES ACERCA DOS ENORMES PROBLEMAS CAUSADOS PELAS POLÍTICAS DE TERCEIRIZAÇÃO/PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM TODO O PAÍS.

VEREADORES
A posição de cada vereador em relação as Organizações



POR QUE ATAQUE
Fique por dentro do projeto Ataque aos Cofres Públicos



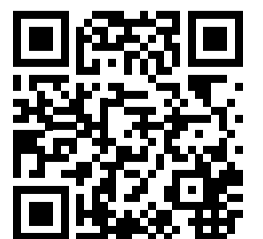
MÍDIA E CONTRAPONTO
Nosso ponto de vista sobre as matérias que saem na imprensa



DENÚNCIAS
Divida conosco as precariedades das Organizações



PLANTÃO 'OS
Estamos de olho em tudo sobre as Organizações Sociais



Acesse: www.ataqueaoscofrespublicos.com

PREFEITO E SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO FOGEM DAS PROFESSORAS

Você consegue imaginar alguém que tem um posto de autoridade pública, um prefeito, colocando um grupo de pessoas em uma sala só para poder se esgueirar e fugir do local? Coisa de gente sem muita moral, não é mesmo? Pois foi exatamente o que Paulo Alexandre Barbosa fez com professoras acompanhadas de diretores do SINDSERV no dia 18/10.

Professoras Adjuntas foram ao Paço Municipal cobrar a devida Promoção. O prefeito sem coragem e desrespeitoso pediu para que as pessoas saíssem da porta do gabinete e aguardassem numa sala de reuniões, momento em que saiu correndo sem ser visto. Repetiu o que fez durante a greve quando se escondeu no prédio da Prodesan por várias semanas. PATÉTICO!

A fuga é seu hábito para não encarar problemas. Enquanto que a Secretaria

de Educação avaliou que a Prefeitura precisa promover 400 professores e a Secretaria de Finanças tenha indicado a promoção de 188, o tucano só quer promover 9.

Mas para sanar um dos problemas principais da rede, além da promoção seria necessário o concurso para Equipe Técnica (há muitos professores saindo de sala de aula para cobrir cargos vagos de Especialistas) e o chamado para ingresso de novos Professores Adjuntos do concurso realizado em 2016 (o que só poderá ser feito com a promoção).

Não bastando fugir para evitar interpelação das professoras, Paulo Alexandre ainda chamou Guardas da Ronda Ostensiva, além dos Guardas que já trabalham no Paço, mostrando mais uma vez que confunde servidores da cidade com meliantes ou baderneiros. Esse é papel do tucano de Santos.



Depois da vergonhosa fuga do “menino que não lida com problemas” apareceu o Secretário de Gestão para tentar justificar o injustificável. O mesmo se comprometeu a marcar mais uma reunião, dessa vez com a presença do Secretário de Educação para apontar

“novas” saídas para o impasse. Reunião marcada e mais uma vez o Secretário de Educação não deu as caras e nenhuma “nova” saída.

**ATITUDE DE COVARDE!
EXIGIMOS MAIS RESPEITO COM A
EDUCAÇÃO E OS TRABALHADORES!**

PAULO ALEXANDRE ESTÁ ENROLANDO! VAI QUERER DAR CALOTE?

Servidores se mobilizaram e foram ao paço municipal no dia 17 de outubro, para cobrar do prefeito Paulo Alexandre Barbosa o pagamento da progressão funcional (do atual Plano de Carreira). No ato, o Secretário de Gestão se comprometeu a publicar a lista dos funcionários com direito a receber o valor da progressão, conforme prevê o Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos (PCCV).

Porém, o pagamento dessa progressão não será feito imediatamente após a publicação dessa lista, que seria o correto pois não geraria mais desvalorização desse pouco dinheiro. Segundo o Secretário, o pagamento será efetuado até dezembro.

O que a história nos mostra?

O calote no pagamento do Plano de Carreira já ocorreu em um passado recente. Até hoje há ações de servidores no Judiciário para receber o calote que o governo Beto Mansur deu nos servidores. Será que o prefeito Paulo Alexandre Barbosa teve o Beto caloteiro para

ensiná-lo?

Os servidores precisam estar atentos e pressionar participando das mobilizações. Esse governo faz de tudo para calotear e enterrar a categoria. Já está devendo mais de R\$ 5 milhões para a Capep Saúde, reduziu a parte patronal para as nossas aposentadorias, não paga as licenças-prêmios em pecúnia, sucateia a maioria dos serviços e terceiriza serviços para empresas “boazinhas” com os esquemas políticos.

Estar atento e informado sobre o que o governo faz é importante, mas não é suficiente. Qualquer silêncio, qualquer omissão e ausência nas manifestações para pressionar o governo tem como consequência o retrocesso e a destruição de direitos duramente conquistados na luta.

Os servidores cumpriram com a sua parte nas avaliações. Queremos aquilo que está previsto em Lei!

**SÓ A LUTA COLETIVA
MUDA A VIDA!**



ORGULHO DE SER SERVIDOR PÚBLICO!

SERVIMOS A SOCIEDADE!

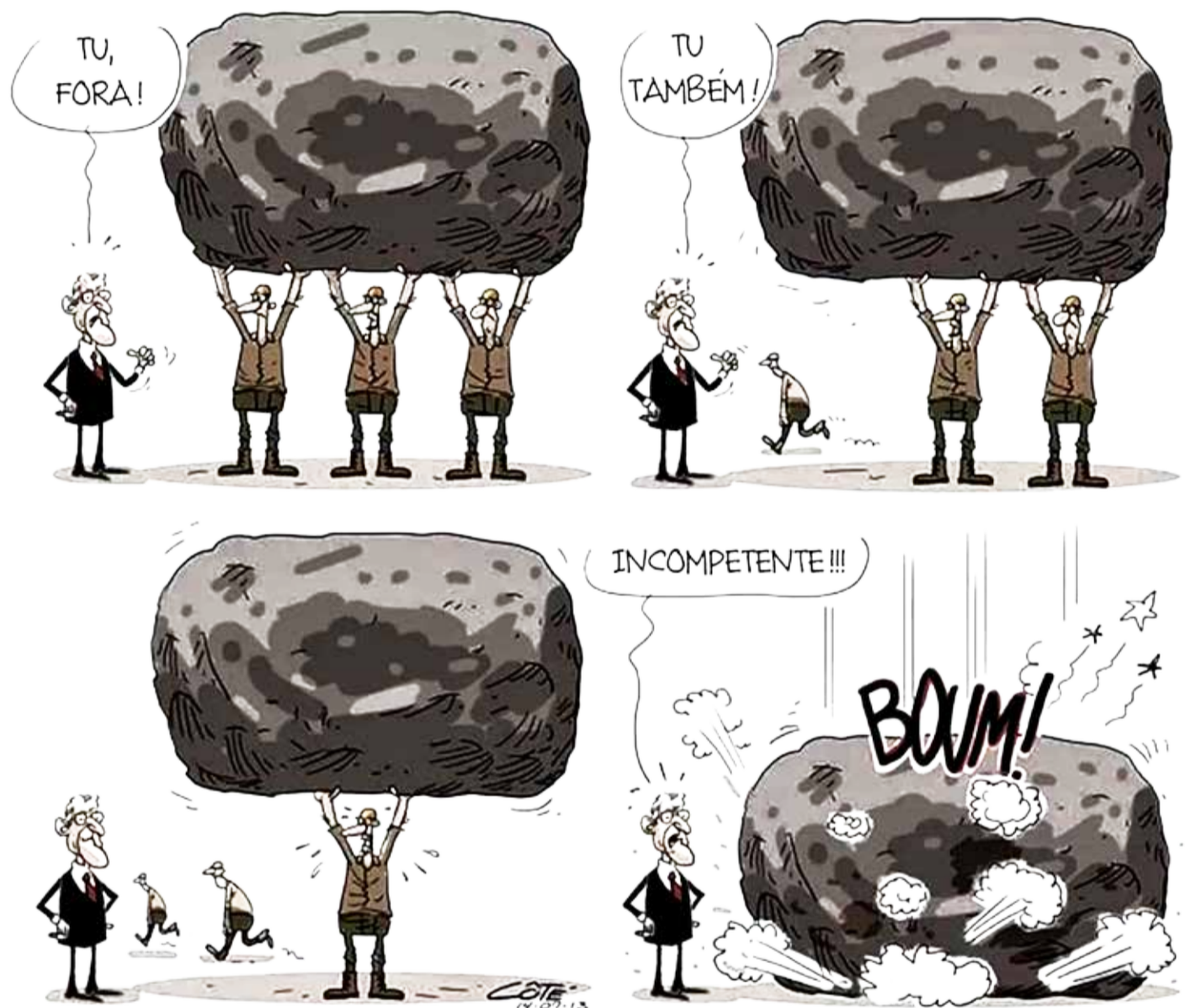
No 28 de outubro foi Dia do Servidor. Fazemos uma luta diária contra as más condições de trabalho oferecidas pelos governos de plantão, a desvalorização, enfim, damos nó em pingo d'água para manter todos os serviços dessa cidade.

Somos nós os responsáveis por TODOS os serviços públicos! Quem realiza de fato TODO o trabalho da Prefeitura de Santos! Nós, servidores públicos, que tudo produzimos, mas não recebemos de volta, nem em reconhecimento, muito menos em salário.

Estamos aqui depois de muito esforço, não fomos indicado por ninguém, nenhum conchavo com políticos ou algo parecido.

O "encostado" não é o servidor público que entrou na carreira porque raiou de tanto estudar, fez concurso público e passou. Esse ama a profissão, se dedica de corpo e alma todos os dias. Quase todos os "espertos" que estão no serviço público são cargos comissionados, que nada mais são do que cabides de empregos que os políticos empregam após os mesmo fazerem campanha eleitoral, os famosos currais eleitorais. Muitos nem aparecem no trabalho.

E, adivinha: A maioria dos membros do grupo que atualmente mais prega pelo tal de "Estado mínimo", o MBL, está agora todo espalhado pelo Brasil com seus carguinhos comissionados.



ATAQUE CONTRA A ESTABILIDADE

A campanha contra os servidores já provocou danos. A Comissão de Constituição, Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou novas regras para a demissão de servidores por "insuficiência de desempenho". O desempenho do funcionário deverá ser apurado anualmente por chefias.

A matéria ainda será analisada por outras comissões, só então segue para votação nas casas legislativas. Se passar, a regra valerá para servidores federais, estaduais e municipais.

Os fatos:

A estabilidade dos servidores nunca foi absoluta. Diferente do que é propagado, para toda falta, ato irregular, ilegal ou imoral, praticado por um servidor, há penas e sanções. Inclusive a demissão através de um processo administrativo que garante o direito de ampla defesa.

O que estão tentando impor com a nova Lei SÃO CRITÉRIOS SUBJETIVOS para essas demissões. O funcionário dependerá da boa vontade dos políticos para continuar ou não no cargo. É como antigamente, na época do coronelismo, onde o político que entrava tirava todos os trabalhadores que já estavam para colocar os seus apadrinhados. Mais ou menos isso, quem não se enquadrar com a política do novo coronel: Rua!

**PARABÉNS O ANO INTEIRO PARA
QUEM CARREGA ESSA CIDADE NAS COSTAS
MESMO SEM O JUSTO RECONHECIMENTO!**